



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Graça Aranha Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("GATE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2024.

1) A COMPANHIA

A GATE é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui quatro filiais nas cidades de Luziânia - no Estado de Goiás, Graça Aranha - no Estado do Maranhão, Paracatu - no Estado de Minas Gerais e Porto Nacional - no Estado do Tocantins. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 06 de fevereiro de 2024, data de sua constituição. A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	1.468
Tensão em kV:	800
Subestações acessadas:	2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Desempenho econômico-financeiro: Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2024 são:

	2024
• Liquidez geral	1,15
• Liquidez corrente	0,17
• Relação patrimônio líquido/ativo	13,32%
• Relação passivo não circulante/ativo	20,24%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	8,17%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	13,34%
Ativos totais - R\$	1.749.550.434
Lucro líquido do exercício - R\$	19.042.249

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, implementamos melhorias contínuas e seguimos evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estamos integrando gradualmente a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Comitê Sênior de Gestão (SMC) e Conselho Fiscal (CF). **4.1 Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, também chamado de *Board of Directors* (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da SGBH. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas

de negócios da Companhia. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial da SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da SGBH e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisa os contratos de concessão. **4.2 Comitê Sênior de Gestão (SMC):** O Comitê Sênior de Gestão (SMC) é o principal órgão de gestão executiva da SGBH, definido em seu estatuto social como a Diretoria Executiva. Os seis membros são nomeados por deliberações do BoD e possuem mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O SMC também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades está a definição do planejamento estratégico da SGBH, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3 Conselho Fiscal (CF):** Conselho Fiscal (CF) é o órgão responsável pela fiscalização da gestão da Companhia, dando pareceres sobre relatórios e propostas da administração, além de acompanhar auditorias externas. Seus membros são nomeados pelos acionistas para o mandato de um ano, sendo permitida a reeleição.

5) GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos permeia todas as etapas dos projetos e processos em busca de eficiência, eficácia e ação integrada. Para intensificar nossa gestão e construir um ambiente de controles internos robustos, contamos com uma área dedicada que apoia toda a SGBH em adotar rigorosos padrões e as melhores práticas de mercado. A mitigação é feita por um processo contínuo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos e operacionais. Em 2024, iniciamos a migração da metodologia COSO para a ISO 31000, que traz uma abordagem mais sistemática e alinhada aos desafios atuais da Companhia, representando um amadurecimento significativo para a nossa gestão de riscos. A gestão dos riscos e a implementação dos planos de controle e mitigação constituem responsabilidades das áreas administrativas e operacionais. Para garantir a eficácia das ações, as auditorias internas acompanham os indicadores, que são também acompanhados periodicamente pelo SMC em reuniões entre líderes e gestores. Indo além da abordagem corporativa, adotamos pela primeira vez uma visão específica de gestão de riscos para projetos. Esse modelo foi aplicado ao projeto GATE, uma das maiores obras de infraestrutura do setor elétrico do Brasil. A metodologia desenvolvida para a GATE vem sendo adaptada para outros projetos da companhia e demonstra o compromisso em expandi-la como uma prática para ampliar a excelência em nossos empreendimentos.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam todas as decisões e o relacionamento com *stakeholders*. Agimos para assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da empresa. Nosso Código de Ética e Conduta traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e aprimoramento contínuo. O Código apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com testes de conhecimento e

exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem na SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As manifestações são investigadas e monitoradas pela Divisão de Compliance e Privacidade da SGBH que, após avaliação inicial, as encaminha ao Comitê de Ética quando comprovada a ocorrência de irregularidade. O processo é encerrado após a apresentação de evidências relevantes e a implementação de ações disciplinares sugeridas, com a aprovação final do relatório de compliance. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos passaram a fazer parte do processo de integração e, dentre os colaboradores ativos, 100% das lideranças e 96% de não lideranças concluíram os treinamentos, com pendências motivadas por ausências ocasionais, como licenças, férias e contratações próximas ao encerramento do ano de 2024. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2024, a SGBH não se envolveu em casos de corrupção, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2024, o Grupo SGBH investiu em iniciativas como educação ambiental, comunicação com comunidades e monitoramento de áreas de alta biodiversidade. Nossas ações são guiadas pelas diretrizes estabelecidas no licenciamento de cada projeto, visando prevenir, mitigar e compensar possíveis efeitos sobre o meio ambiente e as populações locais. As condicionantes incluem o monitoramento de fauna, flora, ocorrência de processos erosivos e nível de ruído, além do reflorestamento de áreas degradadas e a gestão de resíduos e efluentes.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2024 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes Ltda. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no período entre 06 de fevereiro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa.

Auditor Independente	2024
KPMG Auditores Independentes Ltda.	80.000
Total	80.000

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS período entre 06 de fevereiro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024		Nota	31/12/2024
Ativo			Passivo		
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7	109.448.544	Fornecedores - Terceiros	12	17.548.202
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		95.871	Fornecedores - Partes Relacionadas	13	820.987.625
Derivativos	8	83.380.681	Obrigações sociais e trabalhistas	14	1.795.866
Despesa antecipada	9	1.359.227	Outros impostos a pagar		619.568
Outros ativos circulantes		192.101	Empréstimos - Partes Relacionadas	13 e 15	321.030.271
Total do ativo circulante		194.476.424	Empréstimos e financiamentos - Terceiros	15	220.786
Ativo não circulante			Dividendos propostos	13 e 17.d	180.901
Realizável a longo prazo			Total do passivo circulante		1.162.383.219
Ativo de contrato	10	1.016.443.070	Passivo não circulante		
Adiantamento a fornecedores	11	427.213.154	Fornecedores - Terceiros	12	6.104.553
Derivativos	8	102.747.041	Empréstimos e financiamentos - Terceiros	15	242.705.324
Despesa antecipada	9	6.114.661	Impostos diferidos	16	105.251.264
Total realizável a longo prazo		1.552.517.926	Total do passivo não circulante		354.061.141
Total		2.556.084	Patrimônio líquido	17	
Total do ativo não circulante		1.555.074.010	Capital social		30.001.000
Total do ativo		1.749.550.434	Reserva legal		952.112
			Reserva especial de lucros a realizar		17.909.236
			Outros resultados abrangentes		184.243.726
			Total do patrimônio líquido		233.106.074
			Total do passivo e patrimônio líquido		1.749.550.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Período entre 06 de fevereiro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024
Receita operacional líquida	18	922.422.086
Custo de construção	19	(889.006.177)
Lucro bruto		33.415.909
Despesas gerais e administrativas	20	(2.317.416)
Lucro antes do resultado financeiro		31.098.493
Resultado financeiro	21	(598.090)
Receita financeira		19.172.272
Despesa financeira		(19.770.362)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		30.500.403
IRPJ e CSLL correntes	22	(227.874)
IRPJ e CSLL diferidos	22	(11.230.280)
Lucro líquido do período		19.042.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Período entre 06 de fevereiro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024 (Em Reais)

	31/12/2024
Lucro líquido do período	19.042.249
Ganhos de instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	184.243.726
Total de resultados abrangentes	203.285.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Período entre 06 de fevereiro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período antes dos impostos		30.500.403
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros sobre Empréstimos - Partes relacionadas	15 e 21	4.030.271
Juros e Variações Cambiais sobre Empréstimos - Terceiros	15 e 21	3.942.438
Outras Variações Cambiais Passivas	21	7.460.775
Outras Variações Cambiais Ativas	21	(3.721.652)
Receita com Derivativos	21	(3.314.508)
Marcação a Mercado <i>MTM</i> (SWAP)	21	1.430.513
Marcação a Mercado <i>MTM</i> (Dívida)	21	(10.384.973)
Pis e Cofins diferido	16	94.020.984

(Aumento) redução nos ativos operacionais
Ativo de contrato 10 (1.016.443.070)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (95.871)
Despesa Antecipada 9 (7.473.888)
Adiantamento a fornecedores (423.491.501)
Outros ativos (192.101)

Aumento (redução) nos passivos operacionais
Fornecedores - Terceiros 12 23.652.755
Fornecedores - Partes relacionadas 13 813.526.849
Imposto de renda e contribuição social a pagar (137.587)
Outros impostos a pagar 619.568
Obrigações sociais e trabalhistas 14 1.795.866
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades operacionais **(484.274.729)**
Imposto de renda e Contribuição social pagos (90.288)

Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais **(484.365.017)**

Fluxo de caixa das atividades de investimento
Aquisição de imobilizado e intangível (2.556.084)

Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento **(2.556.084)**

Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Aumento de Capital 17 30.001.000
Empréstimos captados - Partes relacionadas 15 317.000.000
Empréstimos captados - Terceiros 15 249.368.645
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento **596.369.645**

Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa **109.448.544**

Caixa e equivalentes de caixa no início do período **—**

Caixa e equivalentes de caixa no fim do período **109.448.544**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

5. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Graça Aranha Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("GATE" e/ou "Companhia") é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 6 de fevereiro de 2024 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1501, Centro, Rio de Janeiro. Possui quatro filiais nas cidades de Luziânia - no Estado de Goiás, Graça Aranha - no Estado do Maranhão, Paracatu - no Estado de Minas Gerais e Porto Nacional - no Estado do Tocantins. A Companhia foi constituída com o propósito de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas. **1.1 Da concessão:** Em 22 de dezembro de 2023, a State Grid Brazil Holding venceu o leilão público ANEEL nº 002/2023, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 1.936.529.075 e deságio de 39,90% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 03 de abril de 2024, pelo prazo de 30 anos contados a partir desta data. O projeto da Companhia consiste na implantação, operação e manutenção do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia, distribuídas nos Estado de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais e do Tocantins: (i) Implementação da linha de transmissão ±800 kV entre subestações Graça Aranha - Silvânia Bipolo. (ii) Implementação da linha de transmissão 500 kV entre subestações Presidente Dutra - Graça Aranha C3. (iii) Implementação de trecho(s) de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Presidente Dutra - Teresina II C1 e a subestação Graça Aranha, as entradas de linha correspondentes na nova subestação e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações existentes. (iv) Implementação de trecho(s) de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Presidente Dutra - Teresina II C1 e a subestação Graça Aranha, as ENTRADAS DE LINHA correspondentes na nova subestação e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações existentes. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de concessão foi determinada em R\$ 1.936.529.075 (valor histórico). A RAP será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de

Mercado ("TRM"), definidas no contrato. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, quando for mantido principalmente para negociação, quando se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, quando for mantido principalmente para negociação, quando se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1): As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota 15, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2024, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia avaliou o impacto das alterações na classificação desses passivos com a alteração da norma e as respectivas divulgações e concluiu que não teve impacto.

continua →



GRAÇA ARANHA SILVÂNIA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 53.819.657/0001-41

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Período entre 06 de fevereiro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024 (Em Reais)

risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **5.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **5.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Outras normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Bancos	31/12/2024	98.916
Aplicações financeiras (i)		109.349.628
Total		109.448.544

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração atrelada à taxa de 99,94% do CDI em 2024. **7.1 Política contábil:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

8. DERIVATIVOS

Circulante	31/12/2024	83.380.681
Não circulante		102.747.041
Total		186.127.722

A composição dos saldos referentes aos derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 está assim apresentada:

Swap cambial	31/12/2024	1.883.996
NDFs (non-deliverable forward)		184.243.726
Saldo final		186.127.722

a. Swap cambial: Em 18 de dezembro de 2024, a GATE contratou um empréstimo com o China Development Bank Beijing Branch ("CDB") pelo limite de crédito de RMB 7.000.000.000 com a taxa de juros prefixada de 2,855% ao ano com a finalidade de financiar o projeto referente ao leilão ANEEL nº 002/2023 que foi ganho em 2023 pela Companhia. Como o contrato será pago em renminbi chinês (RMB), a relação de *hedge* foi designada para a exposição ao risco referente a conversão da taxa de câmbio e a taxa de juros. Para esta exposição, foi adotada a estratégia de *hedge* de valor justo ("fair value hedge" ou "FVH"), para fins de proteção do passivo relativo ao valor do empréstimo contratado com o China Development Bank. O instrumento teve a data de designação em 20 de dezembro de 2024. O risco específico alvo dessa estratégia de *hedge* é a volatilidade do valor justo em Reais ("BRL") do item protegido, derivado de oscilações na taxa de câmbio BRL-RMB (Risco de taxa de câmbio). Considerando que: (i) a IFRS 9 permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos como instrumento de *hedge*; (ii) os termos críticos da transação são muito próximos (moeda, indexador, valor notional de ambas as pontas e vencimentos), a operação em questão será designada para uma estratégia de *hedge accounting* através de uma relação de um *Hedge* de Valor Justo ou *Fair Value Hedge* ("FVH"), utilizando a variação no valor justo do *SWAP* contratado como instrumento de *hedge*. Para mais informações sobre as políticas e demais divulgações vide nota explicativa 25. **b. NDFs:** Em setembro de 2024, a Graça Aranha Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("GATE") assinou o contrato para implantação

(construção e montagem) das subestações de transmissão após a obtenção da concessão do serviço público ganho no leilão nº 02/2023 da ANEEL junto com a CET Brazil Transmissão de Energia Ltda. e com o China Electric Power Equipment and technology Co. Ltd. ("China Electric Power"). Como o fornecedor China Electric Power é um prestador de serviço chinês e seu pagamento será efetuado em renminbi (RMB), a relação de *hedge* foi designada para a exposição ao risco referente a conversão da taxa de câmbio do pagamento de 33% da obrigação altamente provável firmada em pré-contrato, cujo valor é considerado nas primeiras 12 parcelas. Diante desta estratégia, a tesouraria poderá contratar novos instrumentos de *hedge* (NDFs) para realizar a cobertura das demais parcelas contratuais, entretanto, estes novos contratos deverão ser designados e não fazem parte desta documentação, desta forma, as variações cambiais das demais parcelas não compreendidas estão expostas ao risco referente a conversão da taxa de câmbio. Para esta exposição, foi adotada a estratégia de *hedge* de fluxo de caixa ("cash flow hedge" ou "CFH"), para fins de proteção somente 33% da obrigação altamente provável firmada em pré-contrato, cujo valor é considerado nas primeiras 12 parcelas que deverão ser pagas ao fornecedor China Electric Power. O risco específico alvo dessa estratégia de *hedge* é a variabilidade do fluxo de caixa equivalente a 33% da obrigação altamente provável firmada em pré-contrato, cujo valor é considerado nas primeiras 12 parcelas que serão pagas durante a execução da obra em RMB, para o fornecedor China Electric Power. Considerando que: (i) a IFRS 9 permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos como instrumento de *hedge*; (ii) os termos críticos da transação são muito próximos (moeda, indexador, valor notional de ambas as pontas e vencimentos), a operação em questão será designada para uma estratégia de *hedge accounting* através de relação de *Hedge* de fluxo de caixa ("cash flow hedge" ou "CFH"), utilizando as cotações estabelecidas nas NDFs contratadas como instrumentos de *hedge*. O item protegido nesta operação é a variabilidade do fluxo de caixa equivalente a 33% da obrigação altamente provável firmada em pré-contrato, cujo valor total de RMB 2.000.000.000 é considerado nas primeiras 12 parcelas que serão pagas durante a execução da obra, com o fornecedor China Electric Power. Os instrumentos de *hedge* utilizados são 12 NDFs contratadas junto ao Banco BTG Pactual S.A., de acordo com a confirmação de operação nº NDF 15307531-180424.

9. DESPESA ANTECIPADA

Circulante	31/12/2024	1.359.227
Não circulante		6.114.661
Total		7.473.888

Saldo refere-se ao seguro de garantia contratado junto à Potencial Seguradora, amortizado de acordo com a vigência da apólice, desde 19 de março de 2024 e vencimento em 30 de junho de 2030. Este contrato de seguro garante a indenização até o limite máximo de garantia na apólice de R\$ 906.546.491 pelos prejuízos e/ou multas decorrentes de eventuais descumprimentos de obrigações assumidas pela Companhia no contrato de concessão, oriundo do Edital Lote 01 do Leilão nº 002/2023 - ANEEL, Processo nº 48500.000529/2023-13, durante a fase de implantação dos empreendimentos estipulados neste edital.

10. ATIVO DE CONTRATO

Circulante	31/12/2024	—
Não circulante		1.016.443.070
Total		1.016.443.070

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	—
Receita de construção (i)	1.014.334.165
Receita de remuneração (ii)	2.108.905
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.016.443.070

(i) Saldo refere-se à totalidade do custo de construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim do empreendimento, acrescido da margem de construção. (ii) Saldo refere-se aos Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca especificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **10.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. E prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Conforme mencionado na política da nota de almoxarifado, os itens que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato, são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Total da dívida:

a.1 Terceiros

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	Taxa efetiva com derivativo	31/12/2024
Empréstimo CDB	dez/24	dez/30	SGBH	RMB + 2,855%	CDI - 0,90%	242.926.110
Total						242.926.110

a.2 Partes relacionadas

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	Taxa efetiva com derivativo	31/12/2024
Mútuo SGBH (i)	ago/24	ago/28	N/A	110% CDI	—	62.094.209
Mútuo SGBH (ii)	dez/24	jan/25	N/A	110% CDI	—	258.936.062
Total						321.030.271

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

b.1 Terceiros

Financiador	Saldo inicial Bruto	Juros, variação monetária e cambial	Efeito líquido SWAP	Liquidação juros	Liquidação principal	Novas captações	Saldo final Bruto
Empréstimo CDB	31/12/2023	3.942.438	(10.384.973)	—	—	249.368.645	242.926.110
Total		3.942.438	(10.384.973)			249.368.645	242.926.110

Empréstimo China Development Bank (CDB): Em 18 de dezembro de 2024, a Graça Aranha Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("GATE") celebrou contrato de financiamento de longo prazo ("Term Facility Agreement") com o China Development Bank - Beijing Branch ("CDB"), pelo limite de crédito de RMB 7.000.000.000, com prazo de vigência até 72 meses a partir da data da primeira captação. O contrato prevê uma taxa de juros fixa de 2,855% ao ano sobre os montantes desembolsados, com pagamentos de juros semestrais em datas previamente estipuladas. A amortização do principal conta com um período de carência de 60 meses a partir da primeira captação. Em 20 de dezembro de 2024, foi realizado a primeira captação no montante de R\$ 249.368.645, com prazo de vigência até 19 de dezembro de 2030. Simultaneamente, para mitigar riscos cambiais e alinhar a estrutura da dívida à moeda funcional da Companhia, foi contratado um instrumento de *swap* cambial à taxa de 0,83287 (vide nota explicativa 8). A operação resultou na conversão do passivo para reais e na substituição da taxa de juros fixa de 2,855% ao ano por uma taxa efetiva equivalente a CDI - 0,90% ao ano. Essa estrutura tem o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à volatilidade do renminbi e melhorar a previsibilidade dos fluxos de caixa em moeda local.

b.2 Partes relacionadas

Financiador	Saldo inicial Bruto	Juros, variação monetária e cambial	Efeito líquido SWAP	Liquidação juros	Liquidação principal	Novas captações	Saldo final Bruto
Mútuo SGBH (i)	31/12/2023	2.094.209	—	—	—	60.000.000	62.094.209
Mútuo SGBH (ii)		1.936.062	—	—	—	257.000.000	258.936.062
Total		4.030.271				317.000.000	321.030.271

11. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Circulante	31/12/2024	—
Não circulante		427.213.154
Total		427.213.154

Fornecedores relacionados à construção (i)
Gastos ambientais e fundiários
Total

	31/12/2024	426.860.157
		352.997
Total		427.213.154

(i) Faz parte da composição do saldo de adiantamentos feitos para os fornecedores responsáveis pela construção da linha (conforme nota explicativa 13), reduzindo seu valor, o crédito no valor de R\$ 23.547.069 referente à liquidação da NDF com vencimento em 20/12/2024. Esta NDF foi contratada para proteger o pagamento (via adiantamento) em RMB realizado na mesma data para o fornecedor China Electric Power Equipment and Technology.

12. FORNECEDORES - TERCEIROS

Circulante	31/12/2024	17.548.202
Não circulante		6.104.553
Total		23.652.755

Fornecedores relacionados à construção
Provisão seguro de fiel cumprimento
Gastos ambientais e fundiários
Serviços e materiais administrativos
Outros
Total

	31/12/2024	13.066.557
		7.325.463
		2.286.375
		963.758
		10.602
Total		23.652.755

13. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2024 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, conforme abaixo:

13.1 Ativo

Adiantamento a Fornecedores - Partes relacionadas	31/12/2024	351.434.453
CET Brazil Equipamentos de Energia Eletrica e Tecnologia Ltda. (i)		98.344.156
China Electric Power Equipment and Technology Co. Ltd. (ii)		253.090.297

13.2 Passivo

Fornecedores - Partes relacionadas

Aluguel (iii)	31/12/2024	(820.987.625)
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.		(15.600)
Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A.		(20.650)
Iracema Transmissora de Energia S.A.		(29.447)
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.		(19.790)
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.		(36.958)
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.		(14.580)
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.		(1.773)
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.		(5.674)
Canarana Transmissora de Energia S.A.		(27.927)
Paranaíta Transmissora de Energia S.A.		(14.181)
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.		(68.514)

CET Brazil Equipamentos de Energia Eletrica e Tecnologia Ltda. (iv) (407.122.744)
China Electric Power Equipment and Technology Co. Ltd. (v) (413.609.787)

Empréstimos - Partes relacionadas

Mútuo SGBH (vi)	31/12/2024	(321.030.271)
Dividendos a pagar		(180.901)

13.3 Resultado

Resultado - Partes relacionadas

Aluguel (iii)	31/12/2024	(824.549.654)
Variação monetária passiva (vii)		78.000
Variação monetária ativa (viii)		7.460.775
Custo de Construção (iv) e (v)		(3.721.652)
(i) Valor refere-se ao pagamento realizado via adiantamento para a CET Brazil referente às despesas incorridas para a construção da linha conforme cláusula 9.4 e anexo 5 do contrato GATE-UHV-2024-ABWV. (ii) Valor refere-se ao pagamento realizado via adiantamento para a China Electric Power Equipment and Technology referente às despesas incorridas para a construção da linha conforme cláusula 9.4 e anexo 5 do contrato GATE-UHV-2024-ABWV. (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. (iv) Valor refere-se a provisão com a CET Brazil conforme contrato GATE-UHV-2024-ABWV referente ao mês de dezembro de 2024, conforme boletim de medição 01, período 21/11/2024 a 20/12/2024. (v) Valor refere-se a provisão com a China Electric Power Equipment and Technology conforme contrato GATE-UHV-2024-ABWV referente ao mês de dezembro de 2024, conforme boletim de medição 01, período 21/11/2024 a 20/12/2024. (vi) Saldo a pagar referente aos dois contratos de mútuo (principal + juros) entre GATE e SGBH celebrados em 29 de agosto de 2024 e 02 de dezembro de 2024, respectivamente (vide nota explicativa 15). (vii) Valor refere-se à variação monetária passiva sobre provisão com a China Electric Power Equipment and Technology conforme contrato GATE-UHV-2024-ABWV (vide nota explicativa 13). (viii) Valor refere-se à variação monetária ativa sobre o adiantamento realizado para a China Electric Power Equipment and Technology conforme contrato GATE-UHV-2024-ABWV.		

13.4 Política contábil: Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. Remuneração inclui todos os benefícios a empregados e administradores (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados), inclusive os benefícios dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Os benefícios a empregados são todas as formas de contrapartida paga, a pagar, ou proporcionada pela entidade, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados. Também inclui a contrapartida paga em nome da controladora da entidade em relação à entidade.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Provisão de férias	31/12/2024	682.395
Provisão de bônus (i)		966.653
Outros		146.818
Total		1.795.866

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).





★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Período entre 06 de fevereiro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024 (Em Reais)**

Mútuo SGBH: (i) Em 28 de agosto de 2024, foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro entre a Graça Aranha Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("GATE") e a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH"), na quantia total de R\$ 4.100.000.000, com prazo de vigência até 28 de agosto de 2028, o equivalente a 48 meses a partir da data de assinatura. A celebração deste contrato foi precedida de aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos do Anexo V da Resolução Normativa nº 948, de 16 de janeiro de 2021. Em 13 de setembro de 2024 foi realizado a primeira captação, na quantia total de R\$ 60.000.000. Sobre o montante captado, incidem juros equivalentes a 110% do CDI ao ano, com pagamento e amortização de principal a serem realizados em parcela única, na data de seu vencimento. Essas captações ocorrem sempre de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. (ii) Em 2 de dezembro de 2024, foi assinado novo Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro entre GATE e SGBH, na quantia total de R\$ 257.000.000, com prazo de vigência até 11 de janeiro de 2025. Demais termos, aprovações e condições contratuais foram mantidas em conformidade com o Instrumento anterior.

c. Garantias: Garantia fidejussória da SGBH em favor do CDB, assumindo responsabilidade solidária e irrestrita, vigente até a liquidação integral das obrigações garantidas no âmbito do contrato de financiamento. **d. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)**

	Amortização
2026	35.748.015
2027	34.704.030
2028	33.518.631
2029	154.593.802
2030	134.097.641
Total	392.662.119

e. Covenants: A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do Índice de Alavancagem ("Total Liabilities to Total Assets Ratio"), conforme Contrato de Financiamento com o CDB. A metodologia de cálculo consiste em dividir o Passivo Total pelo Ativo Total, de forma que não ultrapasse 95%. O covenant deve ser calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024
Total do Passivo (A)	1.516.444.360
Total do Ativo (B)	1.749.550.434
Índice de Alavancagem (A/B) (i)	87%

(i) O atingimento do Índice de Alavancagem igual ou abaixo de 95% deve ser testado em dois momentos, pelas cláusulas do contrato: semestralmente, verificado pelo balancete não auditado dentro de 90 dias após o fim do primeiro semestre, e mediante apresentação de DF auditada em até 120 dias após final do ano fiscal. Caso o índice não atenda aos critérios exigidos, a GATE deverá providenciar garantias adicionais para reforçar a cobertura da dívida, conforme previsto no contrato.

16. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2024
IR e CSLL diferidos	11.230.280
IR diferido	8.257.559
CSLL diferido	2.972.721
PIS e COFINS diferidos	94.020.984
PIS diferido	16.771.311
COFINS diferido	77.249.673
Total	105.251.264

16.1 Política contábil: Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCP 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 29 de janeiro de 2024 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com emissão de 1.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de R\$ 1 cada, totalizando R\$ 1.000. Em 1º de abril de 2024 foi aprovado o aumento de R\$ 20.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1 cada conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração. Em 03 de junho de 2024 foi aprovado o aumento de R\$ 10.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1 cada conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 30.001.000 dividido em 30.001.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2024
State Grid Brazil Holding S.A.	100%
Total	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva especial de lucros a realizar:** A Companhia destinou para a conta de reserva de lucros a realizar, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2024
Lucro líquido do período	19.042.249
Base para reserva legal	19.042.249
Reserva legal (5%)	952.112
Base de cálculo para os dividendos	18.090.137
Dividendo mínimo obrigatório	180.901
Outros resultados abrangentes	—

	31/12/2024
Outros Resultados Abrangentes (i)	184.243.726
Total de Resultados Abrangentes	184.243.726

Ativo Ref./ Moeda	Data Início	Data Vencimento	Taxa	Cotação	Valor R\$
CNH/BRL	18/04/2024	20/02/2025	0,775055	0,72416981	22.461.360
CNH/BRL	18/04/2024	20/10/2026	0,840539	0,72416981	5.977.759
CNH/BRL	18/04/2024	22/12/2025	0,814395	0,72416981	8.760.776
CNH/BRL	18/04/2024	21/12/2026	0,845225	0,72416981	88.736.435
CNH/BRL	18/04/2024	20/08/2026	0,836266	0,72416981	542.350
CNH/BRL	18/04/2024	20/08/2025	0,800636	0,72416981	12.708.005
CNH/BRL	18/04/2024	20/03/2025	0,778535	0,72416981	5.610.545
CNH/BRL	18/04/2024	22/09/2025	0,806024	0,72416981	8.739.026
CNH/BRL	18/04/2024	20/02/2026	0,817291	0,72416981	455.093
CNH/BRL	18/04/2024	22/04/2026	0,821073	0,72416981	5.151.409
CNH/BRL	18/04/2024	21/07/2025	0,795663	0,72416981	25.100.968
Total					184.243.726

(i) Saldo refere-se ao hedge de fluxo de caixa referente à contratação de NDFs junto ao Banco BTG Pactual S.A. através da celebração do Contrato Global de Derivativos (CGD) em 29 de fevereiro de 2024.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024
Receita operacional bruta	1.016.443.070
Receita de construção (i)	1.014.334.165
Remuneração do ativo contratual (ii)	2.108.905
Deduções da receita operacional	(94.020.984)
PIS diferido	(16.771.311)
COFINS diferido	(77.249.673)
Receita Operacional Líquida	922.422.086

(i) Saldo refere-se à totalidade do custo de construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim do empreendimento, acrescido da margem de construção. Este saldo juntamente com o saldo da receita de remuneração do ativo contratual compõem o ativo de contrato (vide nota explicativa 10). (ii) Saldo refere-se aos Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de Caixa (vide nota explicativa 10). **18.1 Política contábil:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando ocorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A margem de construção é calculada como o valor que zera o ativo contratual ao final da concessão. **(b) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65% e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

19. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2024
Custo de construção (i)	(889.006.177)
Total	(889.006.177)

(i) Saldo refere-se a todos os custos capitalizados envolvidos com a construção do empreendimento, em especial às contratações de serviços, com destaque para o contrato EPC (GATE-UHV-2024-ABMV) com a CET Brazil Equipamentos de Energia Elétrica e Tecnologia Ltda. e com a China Electric Power Equipment and Technology Co. Ltd.

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024
Pessoal	(2.057.199)
Serviços de terceiros	(155.498)
Arrendamentos e alugueis	(78.000)
Tributos	(22.753)
Outras	(3.966)
Total	(2.317.416)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024
Receita financeira	19.172.272
Receitas de aplicações financeiras	1.836.538
Variação monetária ativa (i)	3.721.652
Receita com derivativos (i)	3.314.508
Marcação a Mercado (MTM) - Dívida (i)	10.384.973
Tributos sobre receitas financeiras	(85.399)
Despesa financeira	(19.770.362)
Juros sobre mútuo	(4.030.271)
Juros sobre empréstimos	(220.786)
Variação monetária passiva	(11.182.427)
Dívida (i)	(3.721.652)
Provisão China Electric Power (ii)	(7.460.775)
Marcação a Mercado (MTM) - Swap (i)	(1.430.513)
IOF, comissões e taxas	(2.621.015)
IOF sobre desembolso do mútuo	(2.433.543)
IOF sobre resgate de aplicação financeira	(187.472)
Outras despesas financeiras	(283.720)
Multas e acréscimos moratórios	(1.630)
Resultado Financeiro	(598.900)

(i) Movimentação decorrente da captação do empréstimo com o CDB e contratação de SWAP (vide notas explicativas 15 e 25). (ii) Valor refere-se à variação monetária passiva sobre provisão com a China Electric Power Equipment and Technology conforme contrato GATE-UHV-2024-ABVV (vide nota explicativa 13).

22. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	30.500.403
Adições/Exclusões não dedutíveis	102.485.489
Variação Cambial	7.460.775
Ajustes ICPC 01	(127.436.893)
Outros (Hedge/SWAP)	(12.268.968)
Lucro Real	740.806
Compensação PF/BN (30%)	—
Lucro Real (Após Compensação)	740.806
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(161.201)
Inc. Fiscais	—
IRPJ devido (25%)	(161.201)
CSLL (9%)	(66.673)
IR e CS correntes	(227.874)
IR e CS diferidos	(11.230.280)
Total IR e CS	(11.458.154)
Alíquota efetiva	0,75%

22.1 Política contábil: A tributação dos impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos são feitas pela sistemática do Lucro Real e considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fundiários, conforme segue:

	31/12/2024
Fundiário (i)	10.000
Total	10.000

(i) Processos fundiários: A contingência refere-se a uma ação ajuizada, formada pelo processo 0802348-59.2024.8.10.0099, a fim de obter autorização judicial para acesso da GATE à propriedade rural do réu com a finalidade de realização de estudos de campo, necessários para conclusão do projeto de implantação da LT. **23.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta

	31/12/2024
Fornecedores - Terceiros	23.652.755
Fornecedores - Partes relacionadas	820.987.625
Empréstimos - Terceiros	242.926.110
Empréstimos - Partes relacionadas	321.030.271

alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros, visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2024.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Exceto conforme detalhado no item 25.1 abaixo, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros (mensurados ao valor justo, exceto os saldos de caixa e bancos) da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	109.448.544

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2024
Fornecedores - Terceiros	12	23.652.755
Fornecedores - Partes relacionadas	13	820.987.625
Empréstimos - Terceiros	15	242.926.110
Empréstimos - Partes relacionadas	15	321.030.271

25.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros préfixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

	31/12/2024
Efeito em Reais	Passivos Financeiros
Empréstimos - Terceiros	242.926.110
Empréstimos - Partes relacionadas	321.030.271

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros da Companhia em 31/12/2024 estabelecida através das variações para os próximos 12 meses considerando a sensibilidade da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela BACEN.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela BACEN).

		Base	Cenários Projetados	
	Risco	31/12/2024	Provável (25%)	Remoto (50%)
Empréstimo (CDB)	RMB+2.855%	253.311.083	6.838.498	6.838.498
Swap PA	RMB+2.855%	253.311.083	(6.838.498)	(6.838.498)
Swap PP	CDI-0,90	249.996.575	34.999.520	43.749.401
Outro acima não contempla o cenário referente à empréstimos - partes relacionadas, uma vez que a totalidade de seu saldo, referente ao mútuo entre a SGBH x GATE, foi totalmente liquidado em 02 de janeiro de 2025. c. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia e algumas de suas controladas estão suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial. Para proteger seu fluxo de caixa das oscilações cambiais vinculadas às captações de empréstimos em moeda estrangeira em 2024, a Companhia contratou operações de derivativo. Abaixo, é apresentado a exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos resultados e nos fluxos de caixa.				

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

	31/12/2024	Efeito no resultado	
	Reais	Cenário I Provável 2025 (I)	Cenário II (25%) (I)
Empréstimo (CDB)	253.311.083	10.132.443	(40.529.773)
Swap PA	(253.311.083)	(10.132.443)	40.529.773
Swap PP	249.996.575	34.999.520	34.999.520

(I) Premissas adotadas 31/12/2024 Cenário I Provável 2025 (+25%)
 CNH (RMB) 0,84 0,80 1,00

d. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	31/12/2024
--	------------



GRAÇA ARANHA SILVÂNIA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 53.819.657/0001-41



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Período entre 06 de fevereiro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024 (Em Reais)**

25.3 Política contábil: a. Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram. **c. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos de taxa de câmbio e taxa de juros, via contratos de câmbio a termo e swaps de taxa de juros. Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado imediatamente a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge, em cujo caso a data de reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge. O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro. Derivativos não são baixados nas demonstrações financeiras a menos que a Companhia tenha o direito legal e a intenção de baixá-los. **d. Contabilização de hedge:** A Companhia designa determinados derivativos como instrumentos de hedge em relação ao risco de câmbio e risco de taxas de juro em hedges do valor justo e hedges do fluxo de caixa. No início da relação de hedge, a Companhia documenta a

relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia para assumir diversas transações de hedge. Além disso, no início do hedge e em base contínua, a Companhia documenta se o instrumento de hedge é efetivo na compensação de variações nos valores justos ou fluxos de caixa do item objeto de hedge atribuíveis ao risco objeto de hedge, que é quando as relações de hedge atendem todas as exigências de efetividade de hedge a seguir: • há uma relação econômica entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge; • o efeito do risco de crédito não prevalece sobre as variações no valor resultantes daquela relação econômica; e • o coeficiente de hedge da relação de hedge é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item objeto de hedge que a Companhia cobre efetivamente e

a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente usa para cobrir aquela quantidade do item objeto de hedge. A nota explicativa 25.2 descreve os detalhes dos valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge. **e. Hedges de valor justo:** A variação no valor justo de instrumentos de hedge qualificáveis é reconhecida no resultado, na mesma rubrica que o item objeto do hedge, exceto quando o instrumento de hedge cobre um instrumento patrimonial designado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em cujo caso essa variação é reconhecida em outros resultados abrangentes. A Companhia efetua avaliação contínua do hedge perante os critérios da norma e não identificou para o período apresentados motivos para descontinuar a contabilização de hedge.

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo em 31/12/2024 refere-se ao montante total de R\$ 13.789.610.890. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
GATE-UHV-2024-ABWV	CET Brazil	EPC - Subestação	10/09/2024	4.975.840.321
GATE-UHV-2024-ABWV	CET China	EPC - Subestação	10/09/2024	4.825.781.951
GATEET2024AALO	Planova	EPC - TL - Trecho 1	10/09/2024	393.770.946
GATEET2024AALQ	Planova	EPC - TL - Trecho 2	10/09/2024	379.637.716
GATEET2024AAO2	CGGC	EPC - TL - Trecho 3	03/09/2024	321.814.980
GATEET2024AANN	Tabocas	EPC - TL - Trecho 4	28/08/2024	321.444.887
GATEET2024AANL	Tabocas	EPC - TL - Trecho 5	28/08/2024	309.549.310
GATEET2024AANP	Tabocas	EPC - TL - Trecho 6	28/08/2024	341.893.774
GATEHS2024AAP5	Arqueoproject	Contrato - Serviço ambiental	06/03/2024	1.717.444
GATEHS2024AAP4	Dossel	Contrato - Serviço ambiental	18/06/2024	35.783.170
GATE-HS-2024-AANX	Mapasgeo	Contrato - Serviço de aquisição de terreno	21/05/2024	8.750.911
GATE-HSE-2024-RLT	Realt	Contrato - Serviço de aquisição de terreno	22/05/2024	4.372.962
GATEHSE2024AAX4	4ASSET	Software de Gestão Fundiária	17/06/2024	190.700
GATEHS2024ABC0	MILKA	Contrato - Locação de imóvel	28/06/2024	21.180
GATE-ET-2024-ABZF	Alubar	Fornecimento de Cabos Condutores	27/09/2024	1.169.732.080
GATE-ET-2024-ACE6	Brametal	Fornecimento de Estruturas Metálicas	12/12/2024	615.557.627
GATE-ET-2024-ACH7	Nanjing	Fornecimento de Isolador de Vidro	05/12/2024	17.170.000
GATE-ET-2024-ABLX	Shemar	Fornecimento de Isolador Polimérico	10/09/2024	62.795.061
GATEET2024AAMQ	ENGEPRO	Projeto Básico	14/06/2024	59.000
GATEET2024AAN9	CR GONTIJO	Projeto Básico de Estruturas	29/05/2024	807.912
GATE-PM-2024-AAQI	JMG	Engenharia do Proprietário	23/05/2024	2.058.784
GATEPM2024AALV	TOPOCART	Topografia	12/04/2024	454.994
GATE-PM-2024-AALU	TRACTEBEL	Contrato - Projeto executivo da linha do eletrodo	07/05/2024	405.180
Total				13.789.610.890

Cronograma de vencimento

Em R\$
2025
2026
2027 em diante
Total

Em R\$
1.455.658.580
4.525.814.540
7.808.137.770
13.789.610.890

passando o capital social da companhia para o valor de R\$ 597.001.000. **27.2 Empréstimo China Development Bank (CDB):** Em 21 de fevereiro de 2025, foi realizada a segunda captação com o China Development Bank (CDB) no valor convertido de R\$ 185.309.607 com prazo de vigência até 19 de dezembro de 2030. **27.3 Contratação Swap:** Simultaneamente à segunda captação com China Development Bank (CDB), para mitigar riscos cambiais e alinhar a estrutura da dívida à moeda funcional da Companhia, foi contratado um instrumento de swap cambial à taxa de 0,786587 (vide nota explicativa 8). A operação resultou na conversão do passivo para reais e na substituição da taxa de juros fixa de 2,855% ao ano por uma taxa efetiva equivalente à CDI - 0,55% ao ano. **27.4 Liquidação NDF:** Em 20 de fevereiro de 2025 ocorreu a liquidação da NDF com ganhos reais no valor de R\$ 2.576.873, o qual foi creditado em conta corrente bancária da Companhia no banco BTG Pactual na mesma data. Esta NDF foi contratada para proteger o pagamento (via adiantamento) em RMB realizado em 21 de fevereiro de 2025 para o fornecedor China Electric Power Equipment and Technology. **27.5 Pagamento a fornecedores:** Em 20 de fevereiro de 2025 foi realizado via adiantamento, o segundo pagamento à CET Brazil Equipamentos de Energia Elétrica e Tecnologia Ltda. no valor de R\$ 103.043.586 referente às despesas incorridas conforme cláusula 9.4 e anexo 5 do contrato GATE-UHV-2024-ABWV. Em 21 de fevereiro de 2025 foi realizado via adiantamento, o segundo pagamento à China Electric Power Equipment and Technology Co. Ltd. no valor convertido de R\$ 185.309.607 referente às despesas incorridas conforme cláusula 9.4 e anexo 5 do contrato GATE-UHV-2024-ABWV.

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Graça Aranha Silvânia Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Graça Aranha Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Graça Aranha Silvânia Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda. Luis Claudio França de Araujo
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador CRC RJ-091559/O-4